

# Moradores defendem áreas

Valéria Feitoza

Da equipe do **Correio**

O Governo do Distrito Federal (GDF) cometeu três erros graves ao enviar à Câmara Legislativa o projeto de lei 2199/2001, que permite a venda de terrenos públicos na área tombada do Plano Piloto. Além de não consultar os órgãos de preservação do patrimônio de Brasília, o GDF não submeteu a idéia à comunidade. E desconsiderou outras alternativas de uso para os lotes destinados à construção de equipamentos públicos.

Estas foram as principais críticas do Conselho Técnico de Preservação de Brasília (CTPB), que incluiu o assunto na pauta

de sua reunião mensal, ontem, na Secretaria de Habitação. Depois de ouvir o apelo do arquiteto Oscar Niemeyer, com quem conversou por telefone terça-feira, o governador Joaquim Roriz optou por um recuo estratégico em relação à venda dos terrenos.

“Não queremos fazer nada que não seja discutido, que não seja de acordo com a população. Só farei algo quando a população estiver convencida de que é o melhor para Brasília. Fora disso, eu não farei nada”, disse o governador, ontem, durante a inauguração da sede provisória da 21ª Delegacia de Polícia, em Taguatinga.

Na opinião dos conselheiros do CTPB, no entanto, o recuo

do governador veio tarde demais. “Agora que já se criou a polêmica em torno do assunto, ele vai encontrar muito mais resistência para aprovar o

projeto”, argumenta o coordenador do Conselho, Ricardo Penna.

Os conselheiros concordam com alguns argumentos apresentados pelo governador para justificar a venda dos lotes. Um deles é a falta de demanda por escolas-parque no Plano Piloto. Outro é a falta de dinheiro para construir os clubes de vizinhança. Mas eles não acham a idéia de vender os terrenos adequada e defendem a discussão de outras alternativas para a utilização dos quase 500 mil m<sup>2</sup> que o GDF quer entregar à

iniciativa privada.

“De todas as possibilidades, o governador escolheu a pior”, ataca Penna. Ele e outros conselheiros defendem que, em vez de vender os lotes, o governo deveria apenas fazer a concessão de uso por tempo determinado, seja a empresas ou a cooperativas formadas pelos próprios moradores das quadras.

“Por que precisa vender?”, questiona o coordenador do CTPB. Para ele, a comercialização dos terrenos só seria possível se houvesse a garantia de que a destinação original dos lotes não será alterada. “Mas isso nós não temos”, diz.

■ COLABOROU ALBERTO LIMA

## HABITAÇÃO

*A secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação do DF, Ivelise Longhi, vai acompanhar o governador Joaquim Roriz a Caracas, na Venezuela, de 16 a 20 de outubro. Segundo o Diário Oficial do dia 3, Roriz irá em missão oficial para a X Reunião de Ministros e Autoridades Máximas do Setor de Habitação e Urbanismo da América Latina e Caribe (Minurvi), para apresentar o programa habitacional do Distrito Federal.*